

## **AS BARREIRAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE ESCOLAR**

Alan Marcel de Barros, Alice Gritti, Maria Elisa Amaral Piva, Maria Isabel Amaral Piva Baroni

### **Resumo**

Este estudo aborda os desafios da inclusão educacional nos anos iniciais do ensino fundamental, focando em como as práticas e políticas educacionais impactam a integração de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares. O objetivo principal foi investigar os principais desafios da educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental, com foco em como esses desafios impactam a prática educativa e a inclusão efetiva de alunos com necessidades especiais. Essas questões refletem uma defasagem significativa na preparação e suporte oferecidos aos educadores, o que compromete a eficácia da inclusão educacional. A conclusão obtida aponta que os desafios da educação inclusiva não se restringem ao ambiente escolar, mas repercutem na estrutura social mais ampla, contribuindo para a perpetuação de desigualdades e preconceitos. A promoção de uma educação inclusiva eficaz pode trazer benefícios significativos para a sociedade, fortalecendo a valorização da diversidade e contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e inclusivos.

**Palavras-chave:** educação inclusiva; anos iniciais; desafios; inclusão.

---

## **1. INTRODUÇÃO**

A educação inclusiva tem se destacado como uma abordagem fundamental para derrubar barreiras e promover a equidade nas escolas. Este estudo explora os desafios que surgem ao implementar a educação inclusiva nos primeiros anos do ensino fundamental, um período crucial para o desenvolvimento educacional e social das crianças.

Incluir alunos com deficiência em salas de aula regulares é uma prática que busca assegurar que todos os educandos, independentemente de suas características ou dificuldades, tenham acesso a um ensino de qualidade e que possam participar ativamente do processo de aprendizagem. No entanto, essa prática enfrenta diversos obstáculos que podem prejudicar a eficácia da inclusão, como a falta de formação específica para os professores e também a escassez de recursos e adaptações adequadas nas unidades escolares.

A problemática central deste estudo concentra-se na dificuldade de efetivar a inclusão educacional em contextos onde ainda existem práticas discriminatórias e uma infraestrutura inadequada. A falta de formação continuada para os professores e a falta de materiais e recursos apropriados são alguns dos desafios constantes que afetam a capacidade das escolas de atender adequadamente às necessidades dos

alunos com deficiência. Esses problemas criam um ambiente onde a inclusão efetiva pode ser comprometida, resultando em desigualdades no acesso e na qualidade do ensino.

A justificativa para este estudo está na necessidade urgente de identificar e entender os principais desafios que professores e instituições de ensino enfrentam para promover uma inclusão verdadeira. Analisar esses desafios é essencial para desenvolver estratégias e políticas que possam melhorar a prática inclusiva, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprendizado e crescimento.

Além disso, compreender essas dificuldades pode ajudar na formulação de recomendações que visem superar as barreiras identificadas e promover um ambiente mais inclusivo. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é investigar os principais desafios da educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental, com foco em como esses desafios impactam a prática educativa e a inclusão efetiva de alunos com deficiência. Os objetivos específicos incluem identificar os marcos legais sobre a educação inclusiva no Brasil e descrever sobre os principais obstáculos enfrentados pelos professores na implementação de práticas inclusivas, avaliar a eficácia das políticas e práticas atuais de inclusão.

A metodologia deste estudo é uma revisão bibliográfica, realizada por meio da coleta de materiais em bibliotecas físicas e na pesquisa em bases de dados eletrônicas, incluindo Periódicos CAPES, SciELO, Google Acadêmico e outros portais que oferecem acesso completo a artigos e publicações relevantes.

---

## **2. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O sistema educacional brasileiro, até o século XX, frequentemente desconsiderava as necessidades dos alunos com deficiências, colocando toda a responsabilidade nos pais ou nas próprias crianças e resultando em uma ausência total de suporte estatal. Naquela época, não havia normas constitucionais específicas para abordar a inclusão dessas crianças, e a exclusão não era formalmente proibida, algo que hoje seria impensável. (MIRANDA, 2019)

A transição de uma abordagem completamente excludente para a formação de classes especiais foi um processo demorado e cheio de obstáculos. De início, os alunos eram separados conforme suas condições: os considerados "normais" eram agrupados em classes distintas, enquanto aqueles com necessidades especiais eram isolados em salas separadas, com atividades diferenciadas.

Foi somente na década de 1950 que começaram a surgir gradualmente instituições especializadas para atender os alunos com necessidades especiais, e esses alunos passaram a ser gradualmente integrados nas escolas regulares. No entanto, apesar de representar um avanço, apenas uma pequena parte das famílias cujas crianças não se encaixavam nos padrões estabelecidos reconheceu e se beneficiou dessas mudanças. (MIRANDA, 2019)

A década de 1980 foi significativa para a inclusão de pessoas com deficiência, especialmente no que diz respeito à sua educação. O ano de 1981 foi proclamado como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, marcando o início de um movimento para assegurar os direitos humanos dessa parcela da população. Tal evento ajudou a aumentar a conscientização sobre as condições e potencialidades das pessoas com deficiência, fomentando a formação de organizações políticas dedicadas à defesa de seus direitos. (LOPES et al., 2018)

Com o tempo, a questão da inclusão começou a ganhar maior visibilidade, especialmente no contexto educacional, impulsionada por acadêmicos e pela pressão social que passou a exigir o reconhecimento e a garantia dos direitos dessa minoria.

No Brasil, a consolidação da ideia de inclusão começou de forma pioneira no setor educacional. Em 1990, o país participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia. Já em 1994, a Declaração de Salamanca surgiu, promovendo a visão de uma sociedade onde a inclusão fosse uma realidade universal, sem distinção de necessidades especiais. (SILVA NETO et al., 2018)

O Programa Educação para Todos busca garantir a todos os cidadãos acesso à educação, cultura e cidadania, exigindo a implementação de projetos e sistemas educacionais que contemplem a diversidade dos alunos e ofereçam o suporte pedagógico necessário. A Declaração de Salamanca, por sua vez, fornece diretrizes sobre princípios, políticas e práticas voltadas para reconhecer e atender as necessidades especiais. (ARRUDA; DIKSON, 2019)

É essencial assegurar que pessoas com deficiência tenham seus direitos fundamentais e sociais garantidos, para possibilitar seu pleno desenvolvimento. A inclusão visa garantir a efetivação de todos os direitos desse grupo social, sendo responsabilidade do Estado protegê-los, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

### **3. PRINCIPAIS NORMAS REGULAMENTADORAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

A primeira legislação brasileira a incorporar a ideologia da inclusão em seus termos foi a Lei 4.024/1961, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esta lei estabeleceu a regulamentação do atendimento educacional para pessoas com deficiência, assegurando o direito de inclusão no sistema educacional geral.

Posteriormente, a Lei nº 5.692/71 modificou essas diretrizes, proporcionando um tratamento especial para alunos com deficiências físicas e mentais, bem como para aqueles com atraso significativo em relação à idade de matrícula ou com habilidades excepcionais.

No entanto, durante esse período, a ideia de inclusão estava, na prática, associada à exclusão, uma vez que o atendimento especial previsto nas legislações era oferecido fora do contexto educacional regular. Isso se baseava na crença de que alunos com deficiências não deveriam compartilhar o mesmo ambiente de aprendizagem que os demais, refletindo uma forma de discriminação.

Esse modelo segregacionista era fundamentado em uma abordagem clínico-médica, que priorizava o diagnóstico e a correção de déficits, em vez de focar no aprendizado acadêmico. A ideia predominante era que o problema era inerente à pessoa com deficiência e que a intervenção educacional não seria eficaz, dada a visão determinista do desenvolvimento. (SANTOS; MOREIRA, 2021)

Esse cenário permaneceu por muitos anos, até que a verdadeira inclusão educacional começou a avançar com o progresso de pesquisas, políticas públicas e movimentos sociais.

Na década de 1970, começaram a surgir mudanças no cenário educacional para crianças com deficiência. No ano de 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que era responsável pela administração da educação especial no país. Contudo, devido à influência do integralismo, as ações do CENESP eram mais assistencialistas do que inclusivas, focando principalmente em pessoas com deficiência e superdotadas. (SILVA NETO et al., 2018)

A formação de recursos humanos na área educacional permitiu a introdução de novas abordagens e uma mudança na percepção sobre a capacidade de aprendizagem das pessoas com deficiência. Estudos realizados nos Estados Unidos indicaram que é mais vantajoso investir em medidas de inclusão e tornar esses indivíduos produtivos, em vez de mantê-los em instituições especializadas. Com base nessas considerações, o CENESP começou a promover os princípios de normalização e integração das pessoas com deficiência na educação, marcando um ponto de virada na educação especial no Brasil. (SILVA NETO et al., 2018)

O conceito de integração escolar foi crucial para revisar e questionar as práticas tradicionais de segregação e exclusão, influenciando as legislações subsequentes. A Constituição Federal de 1988 refletiu essas mudanças ao determinar que a educação de pessoas com deficiência deve preferencialmente ocorrer na rede regular de ensino, garantindo o direito ao atendimento educacional especializado (SANTOS; MOREIRA, 2021). Com a promulgação da Constituição, a inclusão tornou-se mais proeminente, estabelecendo o direito ao acesso à educação sem discriminação e a igualdade no ensino, além de tornar responsabilidade do Estado oferecer atendimento especializado, conforme os artigos 205, 206 e 208 da Constituição. (BRASIL, 1988)

É importante destacar que a implementação da educação inclusiva no Brasil está profundamente enraizada em iniciativas e eventos internacionais que levaram à formulação e adoção de diretrizes específicas. Um exemplo significativo dessas iniciativas é a Conferência Mundial sobre Educação para

Todos, realizada em 1990 em Jomtien, na Tailândia. Neste evento, foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, e o Brasil, como signatário, comprometeu-se a garantir acesso universal à educação. (LOPES et al., 2018)

Dois anos após a Declaração de Salamanca, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). Esta lei incorpora vários princípios da Declaração e propõe uma reestruturação das escolas para atender eficazmente todos os alunos. Considerada uma legislação inovadora na área da educação especial, a LDBEN nº 9.394/96 dedica um capítulo inteiro à educação especial, estabelecendo-a como uma modalidade que deve ser preferencialmente oferecida dentro do sistema regular de ensino.

Além disso, a LDBEN coloca que é dever constitucional do Estado garantir a educação especial desde a educação infantil. Ela determina que os sistemas de ensino devem assegurar, de acordo com o artigo 59, aspectos como "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades dos alunos" (BRASIL, 1996). Tal lei também exige a presença de professores especializados e a formação adequada dos professores regulares para atender, de maneira eficaz, os alunos com deficiência.

Embora a Constituição e a LDBEN de 1996 reconheçam o direito das pessoas com deficiência à educação em escolas regulares, não há uma imposição explícita de obrigatoriedade, o que possibilita a persistência de práticas educacionais segregadas. Para enfrentar essa lacuna, foram necessários novos documentos no campo da educação especial que estabelecessem a obrigatoriedade da inclusão e definissem diretrizes para o suporte educacional. Esse esforço culminou, em 2008, na publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI). (BRASIL, 2008)

A introdução da PNEE-EI afirma que a "educação inclusiva é um paradigma educacional baseado na concepção de direitos humanos" (BRASIL, 2008, p. 05). A política garante o direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação regular, com o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde a educação infantil até o ensino superior. Até 2015, diversos decretos e leis fortaleceram a proposta de educação inclusiva e orientaram a oferta do AEE. (BRÍGIDA; LIMEIRA, 2021)

O Decreto nº 10.502, publicado em 30 de setembro de 2020, é a legislação mais recente em termos de inclusão e institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. No entanto, esse decreto tem sido fortemente criticado por pesquisadores e movimentos dedicados à educação especial e inclusiva no Brasil. Há alegações de que o decreto é inconstitucional, pois viola direitos de convivência e compromete a dignidade e o valor inerente ao ser humano. (BRÍGIDA; LIMEIRA, 2021)

As críticas apontam que a política atual não tem sido eficaz na promoção de uma inclusão educacional plena e igualitária. Apesar dos avanços, práticas excludentes e discriminatórias ainda persistem no sistema educacional. O Decreto em questão sugere a separação dos alunos com deficiência das salas de ensino regular e adota uma abordagem relativizada de inclusão, como observam os críticos:

[...] “inclusão” é usado em tantas formas diferentes que pode significar diferentes coisas para diferentes pessoas, ou todas as coisas para todas as pessoas, de tal forma que, a menos que seja claramente definido, o conceito se torna sem sentido. Por exemplo, a defesa da inclusão total no contexto da sala de aula convencional, (mesmo que o educando não seja academicamente beneficiado por estar ali), na prática acaba sendo uma posição contrária a defesa da inclusão. (BRASIL, 2020, p. 16)

Há uma evidente contradição conceitual na Política Nacional de Educação Especial (PNEE) (BRASIL, 2020), que parece desviar-se dos princípios historicamente debatidos no âmbito da educação inclusiva, tanto em fóruns nacionais quanto em acordos internacionais.

Alguns pesquisadores buscam revisar essa política para assegurar que as diretrizes públicas sejam fundamentadas em bons princípios de inclusão, respeito à diversidade e garantia de direitos. Eles defendem uma abordagem mais holística, que considere as necessidades individuais e coletivas das pessoas com deficiência, garantindo uma educação inclusiva que respeite a dignidade e valorize o potencial de cada pessoa. (BRIGIDA; LIMEIRA, 2021)

O Decreto nº 10.502 demonstra uma linha segregacionista, pautado no modelo médico da deficiência. Sob a justificativa de que o atendimento em turmas regulares não seria eficaz, a política propõe a retirada das crianças das salas de aula comuns para um atendimento individualizado, argumentando que certos benefícios educacionais não seriam possíveis de se alcançar num ambiente integrado. (BRIGIDA; LIMEIRA, 2021)

Ao revisar o progresso da educação inclusiva, resta claro que, apesar dos avanços alcançados, o sistema educacional ainda enfrenta desafios para conseguir atingir uma verdadeira inclusão. Nota-se que houve mais progresso na assistência do que na inclusão efetiva das pessoas com deficiência.

Embora haja avanço na formulação de políticas e na implementação de medidas de suporte, ainda se faz necessário um esforço contínuo para promover uma inclusão pura. Isso envolve garantir, com justiça, acesso à educação, realizar adaptações curriculares, fornecer recursos e apoio pedagógico adequados e ainda fomentar uma cultura inclusiva, tanto nas escolas quanto na sociedade em geral.

#### 4. RESULTADOS

Os dados mais recentes do Censo Escolar de 2023 revelam um aumento significativo no número de alunos com deficiências físicas ou mentais matriculados em classes regulares, dentro do sistema educacional. O percentual desses alunos cresceu de 92,7% em 2019 para 95% em 2023, totalizando 1,8 milhão de matrículas (BRASIL, 2023). Esse crescimento reflete uma política cada vez mais alinhada com as discussões sobre a eficácia da educação inclusiva, conforme orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

No que diz respeito aos anos iniciais do ensino fundamental, qual seja, a etapa da educação básica que compreende do 1º ao 5º ano, recebendo crianças com idade de 6 a 10 anos de idade, os dados do Censo Escolar de 2023 são imprecisos quanto ao percentual de inclusão, apresentando apenas o percentual geral para o ensino fundamental, que no referido ano foi de 92,3%. (BRASIL, 2023)

Em consulta aos painéis do Censo Escolar de 2023, constatou-se que há 505.699 matrículas na categoria de educação especial com relação a crianças com idade entre 6 e 10 anos, que diz respeito a fase inicial do ensino fundamental. (BRASIL, 2023)

Embora os dados mostrem uma tendência positiva em direção à inclusão no ensino regular, a realidade ainda apresenta desafios. De acordo com Leal (2021), cerca de 17,3 milhões de pessoas no Brasil possuem algum tipo de deficiência ou limitação. Desses, aproximadamente 67,6% não têm instrução ou não completaram o ensino fundamental.

A análise dos desafios da educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental revela uma série de complexidades que impactam a efetividade da inclusão escolar. Embora as políticas públicas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI), estabeleçam diretrizes claras para a integração de alunos com deficiência no ensino regular, a realidade nas escolas muitas vezes não corresponde a essas diretrizes.

Um dos principais obstáculos identificados é o espaço deixado entre a teoria e a prática das políticas inclusivas. Apesar das orientações legais, a implementação dessas políticas é frequentemente comprometida pela resistência dos educadores à mudança e também pela falta de formação adequada.

De acordo com Santos e Lopes (2022) muitos professores ainda se encontram despreparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência, o que evidencia a necessidade urgente de programas de formação contínua que abordem as práticas inclusivas de maneira mais eficaz.

Complementando o entendimento dos autores supracitados, o estudo com docentes dos anos iniciais do ensino fundamental produzido por Macêdo e Duarte (2023) constatou que a falta de formação

continuada foi identificada como um problema, com os professores apontando a deficiência na capacitação contínua como um obstáculo para uma prática educacional inclusiva eficaz. Além disso, a falta de preparo inicial dos professores foi destacada como um fator que contribui para as dificuldades encontradas na sala de aula.

Outro desafio é a falta de material pedagógico adequado, que cria uma barreira limita aos educadores de criar e implementar estratégias de ensino inclusivas. Essa falta de recursos apropriados acaba dificultando a elaboração de atividades e jogos educativos necessários para integrar efetivamente os alunos com deficiência. (SANTOS; LOPES, 2022)

A dificuldade na adaptação dos alunos com deficiência às dinâmicas da sala de aula também foi mencionada como um problema significativo. Essa dificuldade pode estar relacionada à ausência de estratégias pedagógicas específicas e ao preparo inadequado dos professores para lidar com as necessidades individuais dos alunos (MACÊDO; DUARTE, 2023).

Esses desafios refletem a necessidade de melhorar a formação dos professores, fornecer recursos pedagógicos adequados e criar condições mais favoráveis para a adaptação dos alunos com deficiência no ambiente escolar.

Além disso, a infraestrutura escolar e os recursos disponíveis muitas vezes não são suficientes para atender às necessidades dos alunos. A falta de tecnologias assistivas e materiais didáticos adaptados, assim como a ausência de acessibilidade nas instalações físicas das escolas, representa uma barreira significativa para a inclusão. Melhorar a infraestrutura escolar e garantir que haja recursos adequados é fundamental para que todos os alunos possam participar plenamente das atividades escolares. (MACÊDO; DUARTE, 2023)

Outro ponto importante é a cultura e as atitudes em relação à inclusão. Muitas instituições ainda têm uma visão segregacionista e preconceituosa em relação aos alunos com deficiência, o que se reflete nas oportunidades educacionais que são oferecidas a eles. Promover uma mudança cultural nas escolas que valorize a diversidade e reconheça a inclusão como um princípio essencial da educação é crucial. Isso envolve sensibilizar todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos e pais, para criar um ambiente de aceitação e respeito. (MACÊDO; DUARTE, 2023)

A participação ativa das famílias e da comunidade também é fundamental para o sucesso da inclusão. Pesquisas mostram que a falta de comunicação e colaboração entre as escolas e as famílias pode limitar o suporte necessário para os alunos e enfraquecer a parceria entre a escola e a comunidade. Fortalecer essa parceria e envolver a comunidade em iniciativas de inclusão pode fazer uma grande diferença na eficácia da educação inclusiva. (MACÊDO; DUARTE, 2023)

Portanto, fica claro que os desafios da educação inclusiva nos primeiros anos do ensino fundamental são complexos e exigem uma abordagem abrangente para serem superados. A integração bem-sucedida de alunos com deficiência depende da harmonia entre políticas públicas, capacitação de professores, infraestrutura adequada, mudança cultural e envolvimento da comunidade. Somente com esforço de maneira coordenada e contínua, em todas essas áreas, poderá haver uma educação inclusiva de qualidade que atenda às necessidades de todos os alunos e promova uma sociedade mais justa e igualitária.

---

## 5. DISCUSSÃO

Apesar dos esforços para promover a inclusão, a eficácia da educação inclusiva encontra muitas barreiras. Lopes et al. (2018) apontam que o principal obstáculo é a falta de políticas públicas adequadas e a concepção social predominante sobre o tema:

As condutas excludentes infelizmente são reflexo de uma formação carente de humanidade da nossa sociedade e das políticas públicas. Ainda pouco tolerantes com as diferenças e diversidades, as instituições de ensino equilibram-se entre o manejo com o público de pessoas com deficiência e das sem deficiências. Embora essa realidade esteja aos poucos se transformando, ainda há muitas pessoas com deficiência que se veem excluídas da sociedade.

Hoje em dia, a inclusão educacional enfrenta um grande desafio, no que diz respeito ao atendimento específico de estudantes com deficiência. Essa questão dificulta uma inclusão verdadeira, pois frequentemente esses estudantes são deixados de lado nas atividades em sala, resultando em prejuízos no processo de aprendizado. Vencer esse desafio é essencial para garantir uma educação inclusiva de qualidade no século XXI.

Compreender o ser humano exige situá-lo em um amplo contexto de sua vida, em vez de separá-lo desse cenário. A natureza humana é composta por diferentes pontos de vista, incluindo aspectos físicos, biológicos, mentais, culturais, sociais e históricos. Contudo, essa complexidade muitas vezes é ignorada por um sistema educacional que ainda possui características excludentes. (BRIGIDA; LIMEIRA, 2021)

Portanto, é essencial que a escola se transforme em um espaço que acolha o ser humano em sua totalidade, adotando uma abordagem inovadora e desafiando os paradigmas tradicionais. A educação deve ser guiada por uma compreensão profunda da condição humana. A escola moderna é marcada pela diversidade, e esse princípio deve ser a base da educação inclusiva. É nesse contexto complexo de interações que surgem várias formas de controle, segregação e opressão em relação aos indivíduos que são considerados diferentes. Em outras palavras, é na dinâmica social que se revelam preconceitos e atitudes de aceitação ou rejeição em relação ao que é visto como "diferente" ou "indesejado". Paulo Freire

sempre se posicionou de maneira firme contra essas atitudes, acreditando que a educação deve ser uma forma de intervenção no mundo. (FREIRE, 2019)

A abordagem da educação inclusiva é ampla, fundamentada na pluralidade, na democracia e na inovação, com o objetivo de redefinir o ensino. A inclusão é crucial para fortalecer a escola, pois uma instituição verdadeiramente democrática se constrói sobre a base da diversidade, reconhecendo e valorizando as diferenças entre os alunos. É fundamental eliminar a exclusão do ambiente escolar, garantindo que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais. (LOPES et al., 2018)

A necessidade de promover a inclusão surge como uma resposta às transformações da sociedade contemporânea. Com o avanço social, cresce também a compreensão da importância de assegurar igualdade de direitos e oportunidades para todos, independentemente de suas características ou condições. A educação inclusiva nas escolas desempenha um papel vital nesse cenário, sendo vista como um meio de construir uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, onde todos os alunos possam se desenvolver plenamente e contribuir para o progresso da comunidade. (LOPES et al., 2018)

A educação inclusiva se tornou prioridade nas escolas, com a meta de eliminar a exclusão e garantir igualdade de oportunidades para todos os alunos. Para que isso aconteça, é fundamental que os sistemas de ensino enfrentem e mudem práticas discriminatórias, implementando transformações estruturais através de políticas de inclusão. Para que a educação inclusiva funcione de verdade, as escolas precisam se adaptar às diversas necessidades dos alunos, convertendo desafios em oportunidades de aprendizado e assegurando que todos possam participar e interagir. É fundamental que governos e instituições educacionais melhorem constantemente seus sistemas para incluir todos os alunos, independentemente de suas diferenças, e promovam a conscientização na comunidade escolar e na sociedade sobre a importância da inclusão e da diversidade. (ANDRADE, 2018)

O Brasil, ao longo de sua história, passou por várias mudanças na legislação educacional. No entanto, a atualização mais recente parece indicar um retrocesso. A decisão de que alunos com deficiência sejam atendidos separadamente dos demais representa um retrocesso em relação às políticas anteriores, que buscavam exatamente o contrário. Além disso, o verdadeiro desafio está em reformular as políticas públicas. A inclusão educacional exige uma abordagem que vá além das simples adaptações físicas nas escolas. É vital que o ambiente de ensino seja acolhedor e humanizado, para que alunos com deficiência se sintam verdadeiramente bem-vindos e motivados. A presença de um ambiente afetivo e uma relação forte entre professores e alunos são essenciais para o desenvolvimento e para superar as barreiras que esses alunos enfrentam. (MIRANDA, 2008)

Transformar o ambiente escolar para apoiar a inclusão vai muito além de apenas fazer mudanças estruturais; é preciso um verdadeiro compromisso com a valorização e o respeito pelas diferenças individuais. Isso significa adotar uma educação que reconheça e celebre a diversidade, promovendo a convivência harmoniosa entre todos os alunos. A inclusão deve ser vista como um processo contínuo, fundamentado em princípios como a aceitação das diferenças e a valorização de cada pessoa, com um foco especial na aprendizagem colaborativa. (SASSAKI, 1999)

Há um debate sobre se a educação inclusiva deve acontecer em escolas especializadas ou em instituições regulares. No entanto, é amplamente aceito que as escolas precisam se adaptar para atender às necessidades de todos os alunos, o que inclui ajustar os ambientes escolares e oferecer formação contínua para os professores. Essa formação é essencial para que os educadores melhorem suas práticas e se mantenham atualizados sobre as melhores estratégias de ensino, refletindo a importância de uma educação que promova o desenvolvimento integral dos alunos. (ANDRADE, 2018)

A formação contínua dos educadores deve englobar a integração de aspectos culturais e a reflexão sobre a prática educativa, permitindo uma compreensão mais ampla e eficaz de suas responsabilidades e métodos pedagógicos. Isso é crucial para construir um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e eficiente. (ANDRADE, 2018)

A implementação eficaz da educação inclusiva é fundamental para formar cidadãos responsáveis, que respeitam as diferenças e entendem que essas diferenças não conferem superioridade. Todos devem ser tratados de maneira igualitária em termos de deveres e direitos, e qualquer forma de discriminação deve ser inaceitável. A educação é o caminho para transformar a realidade e promover um verdadeiro respeito e igualdade.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo sobre os desafios da educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental concentrou-se em identificar e analisar as principais dificuldades enfrentadas na implementação efetiva de práticas inclusivas nas salas de aula.

A pesquisa mostrou que, mesmo com os avanços nas leis e nas políticas de inclusão, as escolas ainda enfrentam muitos desafios que prejudicam a eficácia dessas iniciativas. Entre os principais obstáculos estão a falta de formação específica para os professores, a escassez de materiais pedagógicos adequados, a insuficiência de apoio especializado e a necessidade de melhorias nas infraestruturas escolares para garantir a acessibilidade.

Os resultados encontrados evidenciam que a ausência de formação continuada e a falta de recursos adequados são fatores críticos que impactam a capacidade dos educadores de atender às necessidades diversificadas dos alunos com deficiência. Além disso, a integração desses alunos no ambiente escolar muitas vezes é prejudicada por limitações estruturais e por uma falta de suporte suficiente, tanto por parte das famílias quanto dos profissionais de educação.

Os desafios que surgem na educação inclusiva vão muito além das paredes da escola e impactam diretamente a estrutura social como um todo. A exclusão no campo educacional não apenas perpetua desigualdades sociais, mas também reforça estigmas e preconceitos. Por outro lado, promover a inclusão educacional traz benefícios que vão muito além dos alunos com deficiência, beneficiando toda a sociedade. Isso fortalece a valorização da diversidade, ajuda a construir uma sociedade mais justa e incentiva a formação de cidadãos mais conscientes e inclusivos.

A conclusão deste estudo ressalta que, para avançar na implementação da educação inclusiva, é fundamental um esforço conjunto para superar esses desafios. Isso envolve a criação de programas de formação contínua para educadores, a ampliação dos recursos pedagógicos e a melhoria das condições de acessibilidade nas escolas.

Fomentar um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo também exige um compromisso com a transformação das práticas pedagógicas e uma abordagem mais integrada e colaborativa entre todos os envolvidos no processo educacional. Ao abordar essas questões de maneira sistemática, podemos criar um sistema educacional que valorize a diversidade e promova o pleno desenvolvimento de todos os alunos.

## Referências

ANDRADE, A. A.F. de. **Formação docente no processo de inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2018. 44f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

ARRUDA, G. A. de; DIKSON, Dennys. **Educação inclusiva, legislação e implementação**. Reflexão e Ação, v. 26, n. 2, p. 214-227, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em:

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 22 nov. 2024.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília: MEC, 2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 jan. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro\São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LOPES, J.B. C. et al. **Educação inclusiva**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MACÊDO, E.S. de; DUARTE, A. M.T. **Os desafios da educação inclusiva e a influência da formação docente**. 2023. 24f. Artigo acadêmico (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto, Porto, 2023.

MIRANDA, E.S. **A Influência Da Relação Professor-aluno Para O Processo De Ensino-Aprendizagem No Contexto Afetividade**. 8º Encontro de Iniciação Científica/ 8ª Mostra de Pós Graduação. FAFIUV / 2008.

MIRANDA, F. D. **Aspectos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil**. Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019.

SANTOS, É C.; MOREIRA, J.S. et al. **A “Nova” Política de Educação Especial como afronta aos Direitos Humanos: análise crítica do Decreto 10.502/2020**. Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED, v. 2, n. 3, p. 156-175, 2021.

SANTOS, M. P.; LOPES, C.N. **Educação inclusiva na educação infantil, anos iniciais: algumas problematizações. 2022**. 21f. Artigo acadêmico (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA NETO, A. de O. et al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.